



# A EMERGÊNCIA ASIÁTICA E A AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS ATUAIS E PROSPECTIVAS

Pedro da Motta Veiga y Sandra Polónia Rios

Sumário-Working Paper nº 8, Julio de 2010



# A emergência asiática e a América Latina: implicações econômicas atuais e prospectivas

## Sumario

**Pedro da Motta Veiga**  
**Sandra Polónia Rios**

Nenhuma região do mundo ficará imune à ascensão da China e Índia. Isto já é hoje claro no que se refere à China, muito mais do que à Índia. Na América Latina, os impactos econômicos da emergência de China e Índia, embora heterogêneos segundo os países da região, foram até o momento limitados em termos agregados e se concentraram na dimensão comercial. Eles podem ser assim sintetizados:

- por enquanto é a China que gera expectativas e preocupações entre os *policy-makers* e os agentes econômicos na América Latina. A Índia ainda é um parceiro muito secundário para a região, tanto em termos de comércio como de investimentos;
- o comércio foi o principal canal de transmissão dos efeitos da emergência dos dois países asiáticos sobre a região e tal transmissão se operou através: (i) do crescimento dos fluxos de comércio bilaterais; (ii) do aumento de preços de *commodities* exportadas por diversos países latino-americanos; e (iii) da concorrência crescente sofrida pelos produtores e exportadores latino-americanos de manufaturas tanto em seus mercados domésticos quanto em terceiros mercados;
- a emergência da China impactou principalmente países da região que são exportadores de *commodities* e dispõem de base industrial diversificada e geradora de exportações para a própria região e para outras partes do mundo. Estes países – Brasil, Argentina e México – sofrem os efeitos da emergência chinesa através dos três canais de transmissão apontados;
- enquanto o dinamismo exportador latino-americano nas relações bilaterais com a China mantém-se concentrado em um pequeno número de produtos primários, a competitividade chinesa se manifesta, nos mercados latino-americanos e em terceiros mercados, em uma gama crescente de produtos manufaturados produzidos e exportados pelos países da região;
- efeitos produtivos e sobre os níveis de emprego nos países latino-americanos em decorrência da concorrência chinesa parecem ter afetado, até agora, principalmente setores intensivos em trabalho e vinculados à cadeia eletrônica no México e na América Central;

- os fluxos de investimentos diretos não foram até hoje um canal relevante de transmissão dos efeitos da emergência asiática sobre as economias latino-americanas; e
- as respostas de política a que recorreram até hoje os países latino-americanos para enfrentar o desafio chinês envolveram principalmente medidas na área comercial, uma vez que os efeitos da emergência chinesa sobre a região se deram essencialmente pela via do comércio. Dois vetores de resposta sobressaem com nitidez nos países latino-americanos: de um lado, as medidas de proteção contingentes (antidumping, essencialmente) aplicadas às importações chinesas, de outro a negociação de acordos comerciais preferenciais com a China.

Os impactos já hoje percebidos resultam de evoluções que dificilmente serão revertidas nos próximos anos, embora a intensidade e a velocidade com que eles se farão sentir no futuro próximo dependam de variáveis que estão fora do controle dos países da região. Há também impactos que ainda não se manifestaram ou ocorreram em pequena escala e que previsivelmente ganharão relevância nos próximos anos: o papel da Índia como exportador de serviços e bens intensivos em trabalho e o crescimento dos investimentos chineses e indianos na região.

Os impactos deste conjunto de evoluções sobre fluxos de comércio e investimentos envolvendo a América Latina e sobre a formação de interesses de negociação comercial podem ser assim sintetizados:

- a China emerge como o principal competidor da região em produtos manufaturados na América Latina e em terceiros mercados, reduzindo a relevância dos produtores de outras regiões – notadamente EUA e União Européia como concorrentes da região;
- a China e a Índia – e, por extensão, a Ásia – tornam-se os grandes mercados para os produtores de *commodities* da região, reduzindo a importância de EUA e UE para estes setores;
- cresce a viabilidade política de acordos comerciais entre, de um lado, os países sul-americanos com base industrial diversificada (Brasil e Argentina) e, de outro, os EUA a a União Européia, ao se reduzirem resistências sul-americanas originadas no setor industrial e ao se atenuarem as ambições do *agribusiness* em termos de acesso aos mercados daqueles países – hoje percebidos como menos relevantes;
- países latino-americanos para os quais a região representa um mercado de exportação relevante – sobretudo para os manufaturados – têm novo incentivo para “empurrar” uma agenda de integração voltada não apenas para a constituição de um espaço comercial preferencial, mas também para áreas temáticas relevantes na perspectiva de “fazer valer a proximidade geográfica” como fator de competitividade.

Uma questão adicional relevante diz respeito à intensidade com que tais impactos se farão sentir na América Latina. A que variáveis responde a intensidade dos impactos que se farão sentir sobre a região nos próximos anos?

Assim como os impactos gerados pela emergência da China sobre a América Latina na década que se encerra estão estreitamente associados ao ritmo de crescimento daquela economia e ao modelo de desenvolvimento por ela adotado, parece correto afirmar que os impactos futuros dependerão da trajetória de evolução destas variáveis-chave.

O cenário de base para discutir estas questões é o inercial, ou seja, aquele em que as forças motrizes que “empurram” a economia chinesa continuam a atuar, embora em um quadro de crescentes restrições e constrangimentos domésticos e externos. Aliás, este parece ser o traço distintivo dos cenários em que a China se moverá no futuro, em comparação com aqueles vigentes nas últimas décadas: a menor margem de manobra doméstica e externa para por em prática suas políticas econômicas.

Neste sentido, num primeiro momento, o cenário inercial ganha força através do modelo de resposta do país à crise econômica de 2008/2009. Em um segundo momento, cujos contornos já começam a se delinear, pressões domésticas e externas levam os dirigentes chineses a optar pela reorientação do modelo de crescimento, adequando-o gradativamente ao novo ambiente – mais restritivo do que aquele vigente na década que se encerra.

Emergiria então um cenário de ajustes controlados, em que a direção do PCC consegue gradualmente operar a transição entre modelos de desenvolvimento, aumentando o consumo doméstico como parcela do PIB, incentivando o desenvolvimento de empresas nacionais voltadas tanto para o mercado interno quanto para as exportações (à diferença das políticas de atração de IDE voltados exclusivamente para exportação) e “densificando”, no plano doméstico, cadeias de produção hoje articuladas apenas com o mercado externo.

Neste cenário, a China manteria elevadas taxas de crescimento, sustentando altos níveis de importação de matérias primas e produtos intensivos em recursos naturais. Suas exportações tenderiam a crescer menos, reduzindo as tensões comerciais com outros países e atenuando a competição sofrida pelas exportações de manufaturados latino-americanos em terceiros mercados e em seus mercados domésticos.

Em uma variante deste cenário, a transição chinesa para um modelo econômico mais voltado para o mercado interno não se completaria sem impactos relevantes sobre as taxas de crescimento do país. A acumulação de estoques de matérias-primas combinada ao excesso de capacidade instalada gerado pelos elevados investimentos que estiveram na base do crescimento dos últimos anos levaria a uma redução da demanda chinesa por *commodities* com impactos relevantes sobre a trajetória dos preços internacionais e sobre as exportações de países latino-americanos.